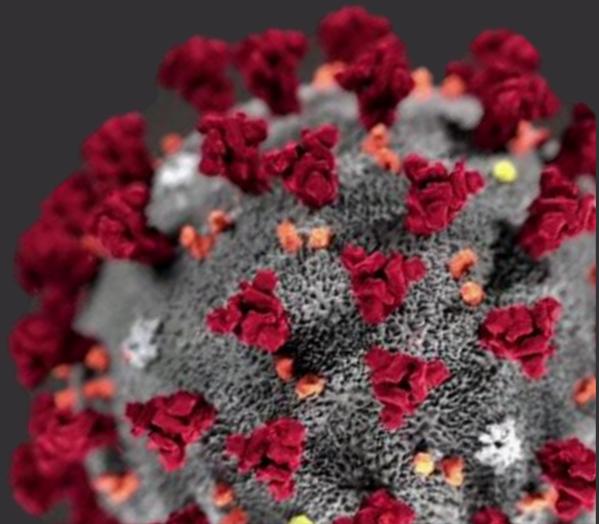


Painel de Monitoramento

Impactos da COVID-19 no mercado de trabalho de Minas Gerais



O Painel de Monitoramento do Mercado de Trabalho é uma produção da Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDESE, por meio da Subsecretaria de Trabalho e Emprego – SUBTE, que tem por objetivo acompanhar e atualizar as principais repercussões da pandemia de Covid-19 sobre o mercado de trabalho no Estado de Minas Gerais. Nesta edição você confere:

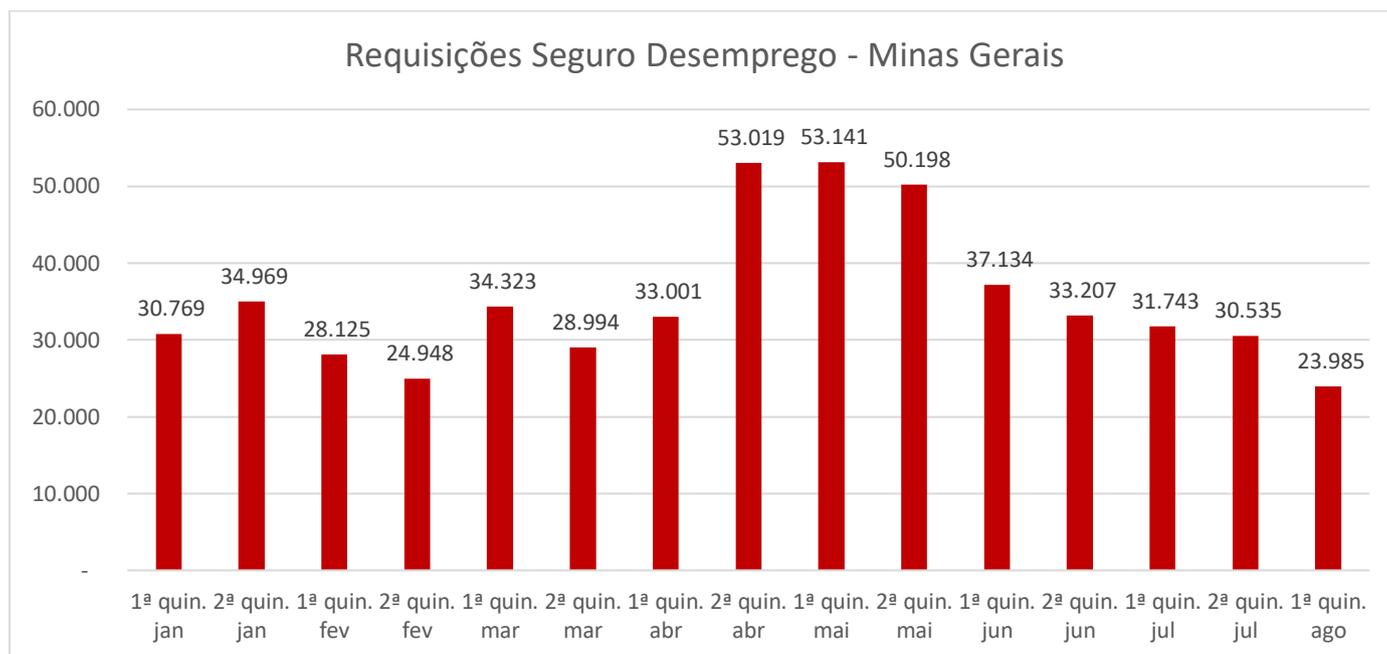
- Requisições de Seguro Desemprego;
- Estatísticas do Sine em Minas Gerais;
- Efeitos da pandemia sobre o trabalhador;
- Desoneração temporária da folha;
- Situação da Construção Civil;
- Reabertura do Comércio em Belo Horizonte;
- Covid-19 e os profissionais da beleza;
- Retomada do turismo.

SEGURO DESEMPREGO

Primeira quinzena de agosto registra 23.895 requisições do benefício, o menor número desde o início da pandemia

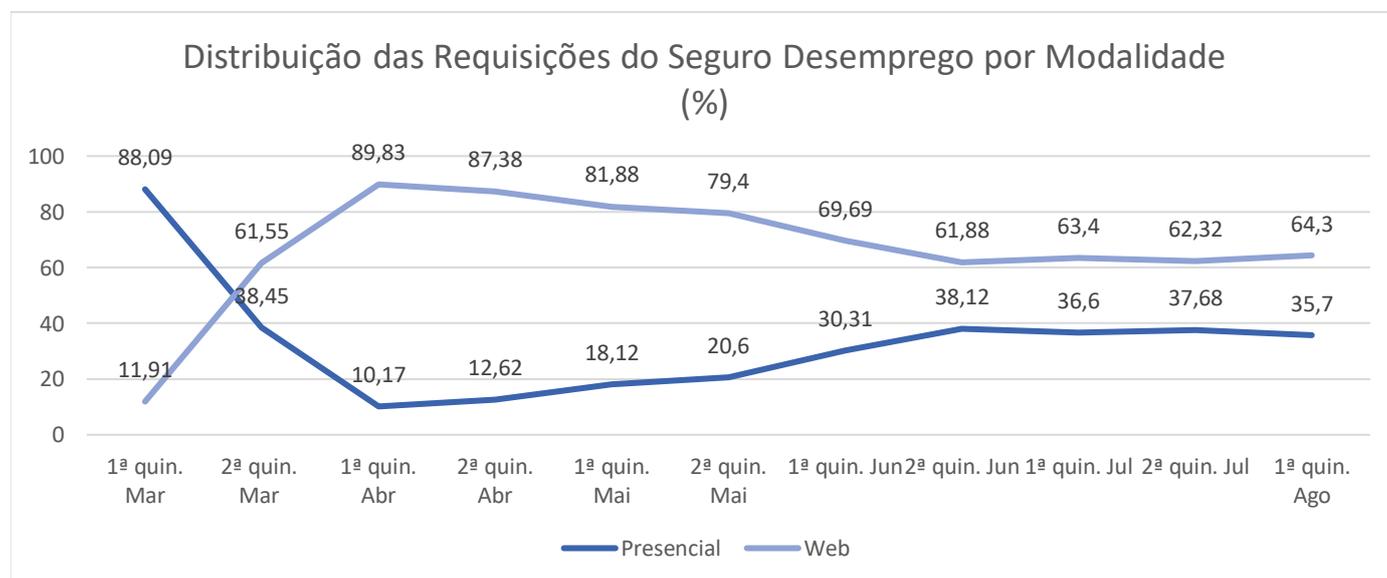
Com o cenário de instabilidade econômica e fechamento de postos de trabalho no Estado de Minas Gerais, a evolução do número de solicitações do Seguro Desemprego acaba se tornando um importante indicador para dimensionar os impactos da Covid-19 sobre o mercado de trabalho formal. Segundo dados do Ministério da Economia, o número de requisições do Seguro Desemprego, no Estado de Minas Gerais, na primeira quinzena de agosto, foi de 23.895 benefícios, uma redução de 21,4% em relação à quinzena anterior. Este é o menor quantitativo registrado desde o início da pandemia, o que confirma as tendências traçadas pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), de que o mercado de trabalho em Minas Gerais está se recuperando da crise provocada pela pandemia. Tal indicador pode ser encarado com otimismo, inclusive, na comparação com o mesmo período de 2019, quando foram contabilizados 7.227 benefícios a mais.

Se feita uma análise com base em uma desagregação por setores econômicos, é possível identificar que o segmento de serviços foi a maior fonte de demissões na primeira quinzena de agosto, representando 37,4% do total de Seguros Desemprego requeridos no estado. Na sequência, está o setor de comércio e a indústria, que representam, respectivamente, 25,5% e 16,4% dos benefícios solicitados por trabalhadores mineiros demitidos.



Fonte: Ministério da Economia ([Coordenação-Geral de Gestão de Benefícios](#))

Destaca-se ainda que, com as medidas de flexibilização do isolamento social sendo aderidas por boa parte dos municípios mineiros, inclusive pela capital Belo Horizonte, os postos do SINE e das Unidades de Atendimento Integrado (UAI) reabriram para acolhimento presencial do público requerente do Seguro Desemprego. Diante da retomada dos atendimentos, que têm ocorrido mediante agendamento prévio, o número de solicitações do benefício por meio dos canais digitais correspondeu, na primeira quinzena de agosto, a 64,3% do total. Apesar da menor adesão aos serviços digitais (se comparado com os meses anteriores), a modalidade ainda é a alternativa majoritária procurada pelos trabalhadores demitidos, uma vez que as soluções web também oferecem mais comodidade aos usuários que residem em municípios que não possuem postos de atendimento presencial do SINE.



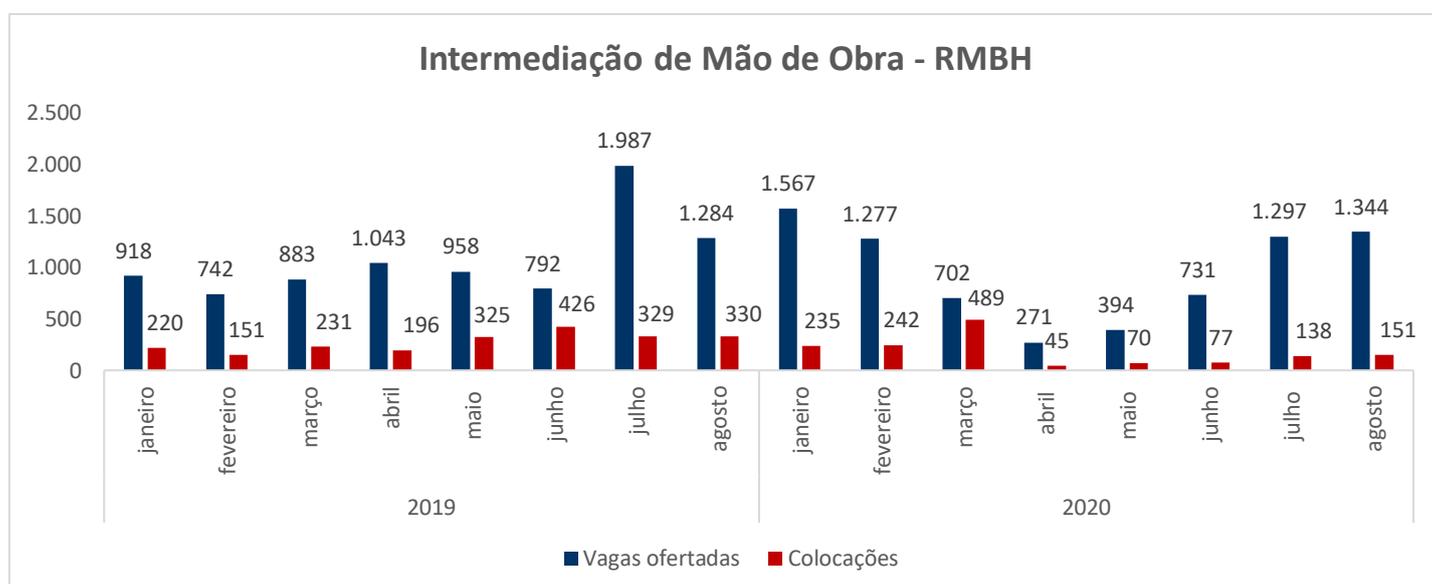
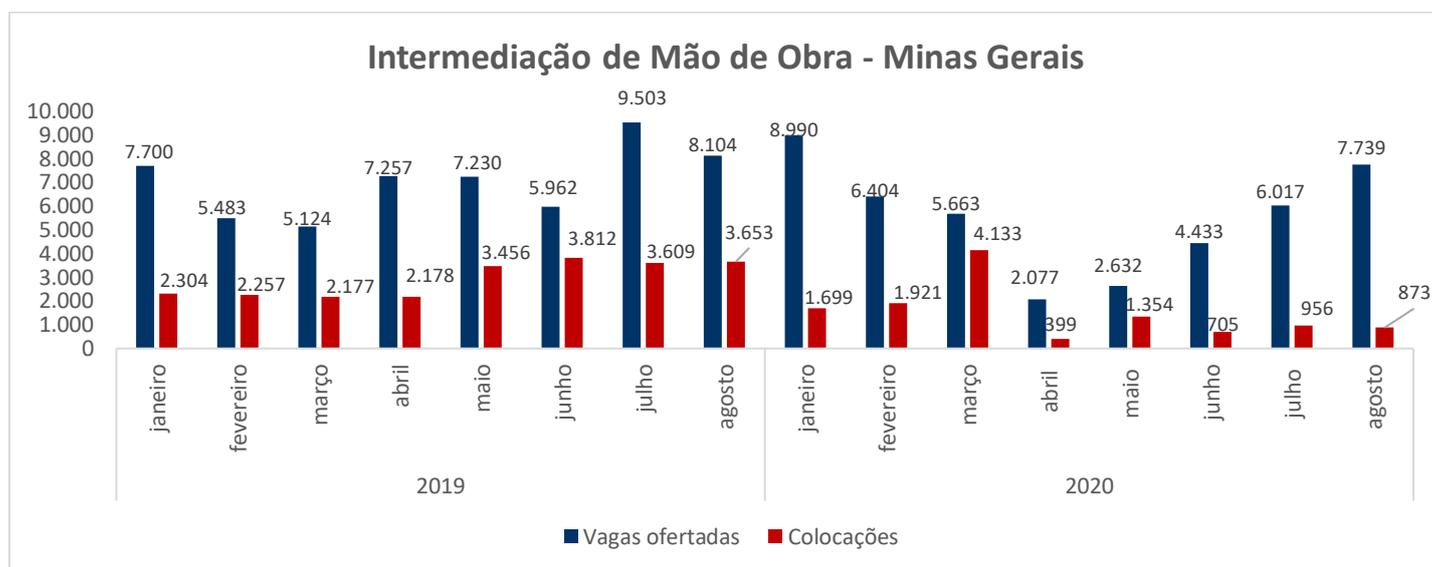
Fonte: Ministério da Economia ([Coordenação-Geral de Gestão de Benefícios](#))

ESTATÍSTICAS DO SINE

Postos de atendimento retomam serviços presenciais

As unidades do SINE em Minas Gerais registraram 641.619 atendimentos entre janeiro e agosto de 2020 (até o dia 31/08), nos diferentes serviços ofertados pela rede, como habilitação do Seguro Desemprego e intermediação de mão de obra - que contempla encaminhamento para vagas de emprego, captação de vagas e colocação de trabalhadores no mercado de trabalho.

A interrupção dos atendimentos presenciais nas unidades do SINE a partir do dia 23 de março implicou na diminuição dos resultados e suscitou a demanda - por parte do trabalhador - para que os serviços fossem retomados. Por isso, diante das medidas de flexibilização do isolamento social que entraram em vigor a partir do mês de julho, algumas unidades retomaram o acolhimento presencial mediante agendamento prévio, o que justifica o aumento no número de vagas ofertadas e colocações. Os gráficos abaixo detalham essa realidade no Estado de Minas Gerais e na Região Metropolitana de Belo Horizonte:



Fonte: Ministério da Economia – Base de Gestão IMO/SD

Dados referentes ao mês de agosto computados até o dia 31/agosto

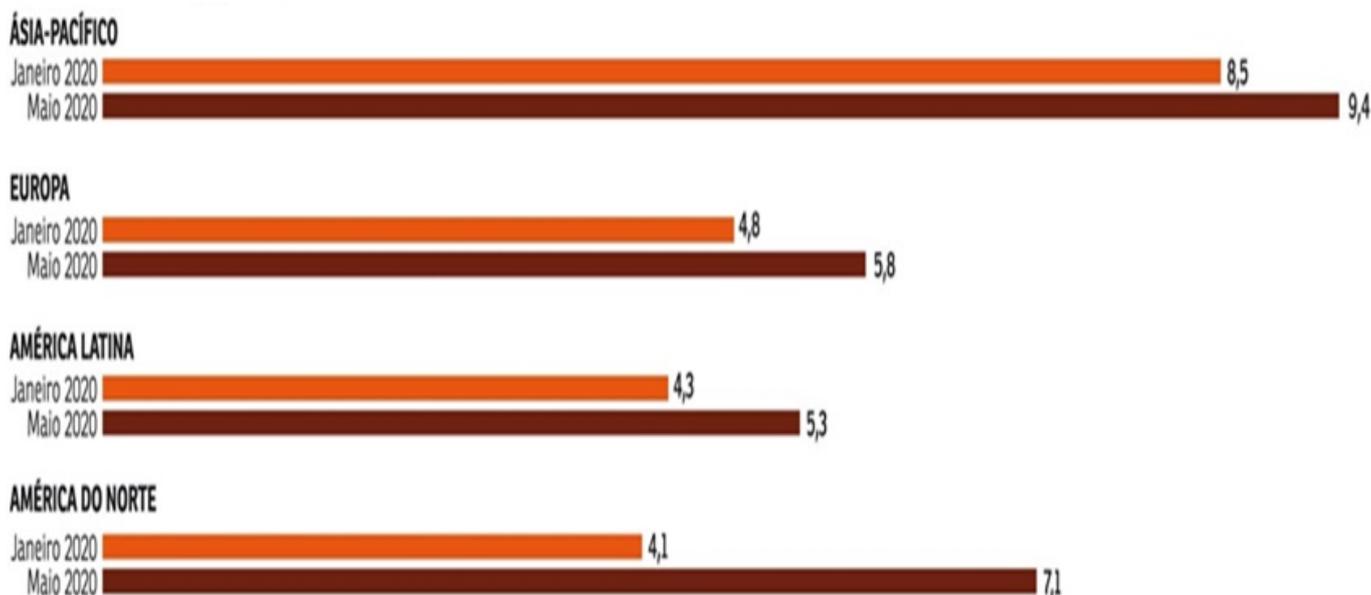
COMPORTAMENTO LABORAL

Trabalhadores fazem mais horas extras e se mostram mais dispostos a aceitar reduções de salário

A necessidade de se colocar em prática o distanciamento social, imposta pela pandemia do novo Coronavírus, fez com que muitos trabalhadores tivessem que experimentar o *home office* pela primeira vez. Dados da pesquisa realizada pelo ADP Research Institute, feita com pessoas de 17 países de quatro regiões do mundo, mostram que a pandemia modificou significativamente o mercado de trabalho mundial, alterando, entre outras coisas, os comportamentos e perspectivas dos trabalhadores.

Antes da pandemia, entre novembro e dezembro de 2019, os brasileiros trabalhavam, em média, 4,3 horas semanais sem compensação financeira. Após a pandemia, no mês de maio de 2020, essa média saltou para 5,3 horas. Este aumento nas horas trabalhadas sem retorno em termos de remuneração ocorreu também em outros países. Nos Estados Unidos, país que lidera o ranking da pesquisa, a média saltou de 4,1 para 7,1 horas.

Horas extras sem remuneração por semana (em média)



Fonte: [Correio Braziliense](#)

Além de estarem propensos a trabalhar mais, em geral os trabalhadores dos países pesquisados se mostram dispostos a fazer mais sacrifícios para manter o emprego. A pesquisa mostrou que 46% dos trabalhadores brasileiros aceitariam uma redução do salário, e 18% concordariam com um adiamento do pagamento caso isso significasse a manutenção do emprego, ao passo que 26% não achariam nenhum sacrifício apropriado nem aceitável. Dentre os países pesquisados, os trabalhadores indianos são os mais dispostos a aceitar a redução de salário em prol da manutenção do emprego (51%), seguidos pelos chineses (34%).

O estudo mostrou também que 70% dos entrevistados tiveram boa adaptação ao trabalho

remoto. Entretanto, 30% dos respondentes da pesquisa declararam que ainda desejam voltar aos escritórios e deixar o *home office*, seja por necessidades técnicas, pessoais ou mesmo emocionais. “Essa adaptação depende do estilo de vida e das condições pessoais de cada trabalhador”, comenta Mariane Guerra, vice-presidente de RH da ADP.

Apesar do cenário de incertezas quanto ao futuro da economia e da saúde nos países, os brasileiros ainda se mostram bastante otimistas. Em média, 84% dos trabalhadores dos países pesquisados sentem-se otimistas quanto ao mercado de trabalho nos próximos cinco anos. Antes do início da pandemia, este percentual era de 86%. No Brasil, o percentual de otimistas não sofreu alteração com a chegada da pandemia, se mantendo estável em 89%, levemente acima da média dos países pesquisados. Na região da Ásia, por exemplo, o otimismo caiu de 95% para 87% após a chegada da pandemia.

FOLHA DE PAGAMENTO

Estudo desenvolvido pelo IPEA propõe desoneração temporária em novos contratos de trabalho

Simulações realizadas no âmbito da pesquisa “Cinco Meses de Perdas de Empregos e Simulação de um Incentivo a Contratações”, publicada na última sexta-feira (28) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apontam que a desoneração temporária de novas contratações com jornadas de até 36 horas semanais poderia gerar 4,6 milhões de empregos adicionais com carteira em um período de até 12 meses.

Entre fevereiro e junho deste ano, houve uma perda estimada de 4,5 milhões de vínculos de carteira assinada no setor privado em todo o país, o equivalente a 13,3% do total de postos de trabalho formais existentes. Conforme estimativa apresentada no estudo do IPEA, a taxa de desocupação em junho, baseada na PNAD Contínua, foi de 14,1%, sendo este o patamar mais elevado do indicador desde o início da pesquisa em 2012. Além disso, desde a chegada da pandemia no país, existem mais desocupados do que ocupados na população brasileira, outro

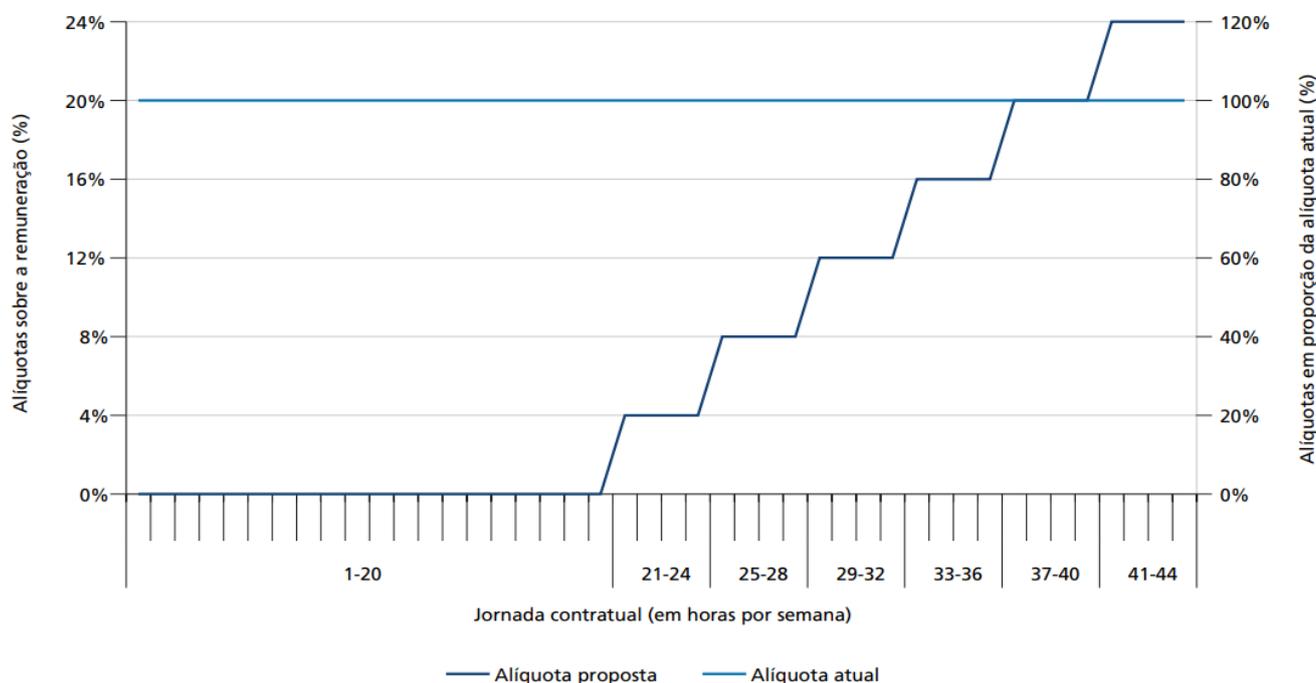
contexto inédito na PNAD Contínua. Segundo os autores do estudo, a atual conjuntura reforça a necessidade de estimular uma recuperação em que a demanda por horas totais de trabalho seja distribuída por mais trabalhadores.

O estudo propõe zerar a alíquota de 20% da contribuição previdenciária patronal para novas contratações de carteira assinada e jornada semanal de até 20 horas, além de aumentar a alíquota em 4 pontos percentuais a cada faixa de quatro horas adicionais na jornada semanal contratada. Dessa forma, as alíquotas para contratações com jornada entre 21 e 36 horas semanais seriam reduzidas, a alíquota para contratações com jornada entre 37 e 40 horas semanais seria mantida nos atuais 20%, e a alíquota para contratos de 41 a 44 horas semanais aumentada para 24%. A proposta reduziria, temporariamente, os custos de contratação para o empregador, garantindo aos trabalhadores com os novos contratos desonerados os mesmos direitos

na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

De acordo com Marcos Hecksher, economista e autor do estudo, “contratar duas pessoas por vinte horas semanais passaria a ser mais barato do que contratar apenas uma por quarenta horas semanais. Isso ajudaria a distribuir por um número maior de trabalhadores uma demanda total por horas de trabalho deprimida, multiplicando empregos e reduzindo a desigualdade. Seria também um meio de incentivar as empresas a adotar o revezamento de trabalhadores em dias alternados, uma alternativa para multiplicar empregos sem aumentar as aglomerações em meios de transporte, ruas e estabelecimentos fechados”, explica.

Alíquotas conforme jornada



Fonte: [Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada \(IPEA\)](#)

Atualmente, a desoneração da folha de pagamento é garantida a 17 setores da economia, com prazo de vigência ainda a ser definida. Porém, na avaliação do economista responsável pelo estudo, a medida precisa ser revisada. “Esses 17 setores atualmente desonerados não são os mais prejudicados nesta crise nem vão contribuir mais do que outras atividades para a retomada da economia. A finalidade da desoneração é gerar estímulo a um maior número de contratações formais, gerando mais empregos e ampliando a base contributiva”, pondera Hecksher.

CONSTRUÇÃO CIVIL

Covid-19 interrompe obras em 2,3% dos canteiros, e atinge 0,6% dos trabalhadores

Uma pesquisa da Associação Brasileira das Incorporadoras Imobiliárias (Abrinc) revela que, na semana passada, obras de 97,7% dos empreendimentos imobiliários seguiam normalmente no país. O levantamento realizado em 7 de agosto mostra ainda que a incidência

do novo Coronavírus entre trabalhadores das empresas do setor é de apenas 0,6%.

A pesquisa indica que o número de obras paradas diminuiu na comparação com um mês atrás, quando o percentual estava em 3,5% - conforme pesquisa de 10 de julho. O levantamento da entidade ouviu 40 empresas do setor, que, juntas, tinham apenas 19 empreendimentos parados na semana passada. O presidente da entidade, Luiz Antônio França, explica que os poucos empreendimentos parados estão em cidades com decisões que impedem o retorno ao trabalho. “São municípios que ainda entendem que há risco. Estamos conversamos com essas autoridades sobre a segurança dos trabalhadores. As nossas estatísticas mostram que nosso esforço de proteção ao trabalhador está dando certo”, relata.

As práticas mais comuns de prevenção à pandemia – como fornecimento de material específico de proteção, reforço de higiene, horários escalonados e medição de temperatura – foram adotadas por todas as empresas ouvidas pela pesquisa. 20% das construtoras ouvidas também passou a oferecer transporte especial para os trabalhadores. Essas medidas, segundo o presidente da entidade, diminuíram o risco de contaminação. Na semana passada, entre os quase 65 mil trabalhadores das empresas ouvidas, apenas três estavam internados – o que representa 0,005% do grupo. “São números que nos surpreenderam positivamente. O que nós fizemos no início da pandemia transformou os canteiros em locais mais seguros”, diz França, ao lembrar que o fato de os canteiros serem locais abertos também ajuda na prevenção.

Dados do Banco Central mostram que o crédito, que é um dos motores do mercado imobiliário, quase ignora a crise. Em 12 meses até junho, o total de financiamentos para compra de imóveis cresceu 8,4% no Brasil e a carteira de empréstimos segue batendo recordes seguidos.

REABERTURA DO COMÉRCIO

Academias e clínicas de estética voltam a funcionar em Belo Horizonte; bares também são beneficiados com a reabertura

Academias e clínicas de estética da capital mineira foram autorizadas a reabrir a partir de 31 de agosto (segunda-feira), enquanto bares e restaurantes tiveram o horário de funcionamento permitido ampliado e a comercialização de bebidas alcoólicas autorizada a partir do dia 04 de setembro (sexta-feira). As mudanças e os novos protocolos foram estabelecidos pelo Decreto Municipal nº 17.423/2020, publicado em 29 de agosto pela Prefeitura de Belo Horizonte.

Conforme Decreto Municipal, academias estão autorizadas a funcionar em todos os dias da semana, sem restrições de horário. Porém o acesso às instalações pelos frequentadores estará condicionado ao agendamento prévio. O agendamento se faz necessário para garantir que a lotação máxima determinado pela prefeitura, de uma pessoa a cada 7m² no interior de cada academia, seja respeitada. Já as clínicas de estética estão autorizadas a funcionar de terça a sexta, das 11h às 20h, e aos sábados, das 9h às 17h. Já para estabelecimentos localizados em shoppings centers, as regras são as mesmas para os centros de compras, ou seja, podem funcionar de segunda a sexta, entre 12h e 20h.

Quanto aos bares e restaurantes, o funcionamento está liberado de segunda a quinta, entre 11h e 15h, porém, sem permissão para venda de bebidas alcóolicas. De sexta e domingo, o horário de funcionamento autorizado passa a ser entre 11h e 22h, sendo a comercialização de bebidas alcóolicas permitida na sexta das 17h às 22h, e aos sábados e domingos durante todo o horário de funcionamento permitido. Vale lembrar que estas medidas estão restritas ao atendimento local e não afetam os serviços de entrega eventualmente ofertados.

PROFISSIONAIS DA BELEZA

Cabeleireiros e manicures terão a maior queda na renda com a redução do auxílio emergencial

A possibilidade de redução do valor do auxílio emergencial dos atuais R\$ 600 por mês para R\$ 300 até o fim do ano, como indicam interlocutores do governo, vai provocar uma redução súbita nos ganhos dos brasileiros de baixa renda. Estimativas da Fundação Getúlio Vargas (FGV) avaliam que, com esse valor, o auxílio vai garantir um ganho de apenas 1% para essa população em relação ao início da crise. No caso dos informais, não haverá ganho nenhum, e sim queda de 3% na renda em relação ao período pré-pandemia, pois o auxílio não vai conseguir cobrir as perdas financeiras provocadas pela crise gerada pela Covid-19.

O estudo da FGV explica que, nos atuais R\$ 600, o auxílio emergencial conseguiu ampliar em 34% a renda dos brasileiros de baixa renda que recebem o benefício. O incremento chegou a 39% no caso dos trabalhadores informais. Por isso, o benefício tem sido apontado como um dos principais vetores da melhora da economia, sobretudo no Norte/Nordeste. Esse cenário, contudo, deve mudar se o auxílio for reduzido para R\$ 300. Segundo a FGV, os informais terão perda de 3% na renda, já que ainda não conseguiram retomar as atividades em boa parte do país e estão recebendo menos do que o normal onde já voltaram a trabalhar. A queda será ainda maior em atividades como as de cabeleireiros e manicures (-17%), motoristas de aplicativo (-12%) e vendedores ambulantes (-9%).

De acordo com Lauro Gonzalez, coordenador do Centro de Estudos de Microfinanças e Inclusão Financeira da FGV, a diminuição será sentida sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, que têm renda mais baixa. “Para os informais, a redução do auxílio vai representar perda de renda”, resumiu Gonzalez, que também foi o autor do estudo.

Para Joilson Cabral, professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), “a prorrogação é fundamental, porque ainda estamos em uma situação de pandemia. E ainda terá um impacto no PIB. Porém, esse impacto vai ser reduzido. Digamos que, com R\$ 300, as famílias vão conseguir comprar a cesta básica e subsistir, mas talvez não pagar o aluguel ou comprar outras coisas”, reforça. O professor calcula que o auxílio reduziu em quatro pontos percentuais a queda do PIB do Brasil em 2020, que deve chegar perto de 5%, já que ajudou as famílias de baixa renda a manter o consumo de bens essenciais e fazer outras despesas.

TURISMO EM MINAS GERAIS

O setor, que foi um dos mais afetados pela pandemia, passa por readequações para voltar a receber visitantes

Dados mais recentes divulgados pelo Turismo do Observatório do Turismo em Minas Gerais indicam o início, ainda que tímido, da retomada das atividades turísticas no estado. A taxa de ocupação dos hotéis de Belo Horizonte vem crescendo desde o mês de maio. Em junho, a taxa foi de 18,5%. Já no mês seguinte, o indicador saltou para 21,7%. O número de voos domésticos em Minas e o fluxo de passageiros são outros indicadores relevantes para monitorar o retorno das atividades do setor. Em julho, o fluxo de passageiros no estado foi de 76.991, distribuídos entre 1036 voos, que também registraram aumento: em relação à abril, o número teve crescimento de 131%.

Ao contrário da capital mineira, diversas cidades turísticas de Minas Gerais ainda estão se preparando para receber visitantes e anunciar a reabertura para o recebimento de turistas. O relatório mostrou que o setor hoteleiro mineiro procura se adaptar melhor ao “novo normal” e, para isso tem buscado aumentar o uso de ferramentas digitais que reduzam a necessidade da proximidade física entre as pessoas atendidas, tais como aplicativos e dispositivos que dispensem a necessidade de uso de canetas, papéis, além de possibilitarem a realização de check-in e pedidos de refeições a distância.

Para o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH-MG), Guilherme Sanson, aos poucos o setor hoteleiro vai se preparando para a retomada das ocupações. “Precisamos ser otimistas e nos reinventar, desenvolvendo estratégias com preços mais atrativos, melhorar a infraestrutura e garantir mais conforto”, comenta.



São Gonçalo do Rio das Pedras, distrito do Serro, é destino muito procurado por turistas do Vale do Aço, Norte de Minas e da Capital.